

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

A entrevista de Sarney

A abrangência dos temas abordados pelo presidente Sarney na entrevista exclusiva concedida ao **CORREIO BRAZILIENSE**, compõe um exame esquemático das principais diretrizes do Governo e dos efeitos que busca para reabilitar as energias produtivas do País, a fim de conferir-lhe condições duradouras de estabilidade política.

Há, na manifestação presidencial, definições carregadas de irreplicável sinceridade e estribadas em ampla correção conceitual. É desse porte a declaração de que o Plano Brady, acolhido pelo presidente Bush para rever o processo de liquidação do endividamento externo, secunda ponto de vista brasileiro submetido à opinião pública mundial. De fato, foi o próprio presidente Sarney que, em 1985, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, propôs a reforma do sistema financeiro internacional e a adoção de um novo esquema de amortização para a dívida dos países latino-americanos.

Em vários outros foros, tanto na América Latina quanto na Europa, o presidente brasileiro repetiu sua proposta, de modo que o tratamento político para a questão, agora abraçado por Bush, constitui reconhecimento, ainda que implícito, da ofensiva diplomática brasileira. Com os pés no chão, todavia, o titular do Executivo recusa expender opinião conclusiva sobre o Plano Brady enquanto não for convenientemente explicitado.

Na dimensão interna, Sarney destaca os esforços do Governo para eliminar as turbulências econômicas e resiste à tentação de esquivar-se de erros ou omissões. Embora seja evidente a transferência à sua gestão de complexos problemas estruturais, como os desequilíbrios financeiros de efeitos catastróficos sobre o processo inflacionário, prefere racionar na base dos programas em curso para normalizar a vida nacional. Com razão, afirma que o programa de reajustamento da economia não se escora apenas no congelamento de preços e salários, mas "está respaldado por uma política fiscal e monetária que obriga os preços a ficarem estáveis". É de tal conjunção de fatores que nasce a necessidade de os juros serem mantidos em taxas elevadas, até que o sistema econômico, vencidas as forças inerciais da inflação, possa desenvolver-se à distância de riscos seme-

lhantes aos das tentativas passadas.

Sem ceder às ilusões do otimismo irreal o Presidente transmite à Nação uma visão correta dos objetivos perseguidos pelo Plano Verão, na medida que o coloca como um pêndulo entre o ideal da estabilidade plena e a conquista do possível. Assim, nada impede que as atuais dificuldades econômicas sejam reduzidas a um limite tolerável, no que diz respeito às exigências da sociedade e à capacidade de gestão financeira do Governo.

Aliás, não falta à nova política estabilizadora o suporte de reservas em divisas fortes para torná-la invulnerável às flutuações internas do dólar, como chegou a ser divulgado em alguns órgãos da imprensa. Nesse sentido, foi terminante o esclarecimento presidencial de que, só do Fundo Nakasoni (japões), o Brasil deverá receber provimento da ordem de 1,4 bilhão de dólares, enquanto o Bird se prepara para liberar financiamento de grande porte em favor de projetos nacionais de desenvolvimento.

Na dimensão política, o Presidente se coloca como um magistrado, embora deva manobrar os instrumentos próprios da ação governamental para alcançar a indispensável solidariedade em favor dos planos administrativos. Sua visão, todavia, incorpora uma análise profunda da situação política do País, desde o desdobramento do processo sucessório até as perspectivas abertas para o futuro.

Do alto posto de observação em que se encontra, Sarney descortina um futuro menos traumático para o Brasil, a partir de sua própria substituição no poder. Com base em avaliação de ordem pessoal, estima que o futuro Presidente da República "será um político de centro, uma pessoa moderada e sem radicalismos, à imagem da média do eleitorado brasileiro". A avaliação presidencial remete os observadores a uma reflexão sobre a questão sucessória dentro do próprio PMDB, onde o desfecho de sua recente Convenção Nacional sugere a queima dos candidatos radicais e o credenciamento de Ulysses Guimarães.

Por todas as considerações aqui expostas, a entrevista do Presidente da República faz luz sobre um conjunto de temas atualíssimos e situa sua posição como um governante consciente do que serve ao Brasil na tortuosa transição em curso.